PROJETO DE LEI N.º 2.627-A, DE 2015
(Da Sra. Alice Portugal)

Denomina "Aeroporto José Fernandes Pedral Sampaio de Vitória da Conquista/BA" o aeroporto da cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela rejeição deste e dos de nºs 2698/2015, 6595/2016 e 8215/2017, apensados (relator: DEP. TITO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

VIAÇÃO E TRANSPORTES;

CULTURA; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO DO PARECER DA
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

I – RELATÓRIO

O objetivo do projeto de lei principal que ora analisamos, apresentado pela nobre Deputada Alice Portugal, é denominar “Aeroporto José Fernandes Pedral Sampaio” o novo aeroporto da cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Apensados a ele, encontram-se três projetos de lei, descritos a seguir:

- PL nº 2.698, de 2015, do Deputado Valmir Assunção, que denomina "Aeroporto Jadiel Vieira Matos" o aeroporto da cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia;

- PL nº 6.595, de 2016, do Deputado Jorge Solla, que denomina "Aeroporto Glauber Rocha" o novo aeroporto em construção na cidade de Vitória da Conquista (BA); e

- PL nº 8.215, de 2017, do Deputado Paulo Azi, que também denomina "Aeroporto José Fernandes Pedral Sampaio" o novo aeroporto de Vitória da Conquista, na Bahia.

Nos termos do art. 32, XX, “f”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a este órgão técnico pronunciar-se sobre **“aviação civil, aeroportos e infraestrutura aeroportuária; segurança e controle de tráfego aéreo; direito aeronáutico”**. Quanto ao mérito da homenagem cívica, compete à Comissão de Educação e Cultura manifestar-se, nos termos da alínea “f” do inciso IX do mesmo dispositivo do regimento.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto de lei em análise.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Encontram-se em análise quatro projetos de lei que pretendem dar nome supletivo ao novo aeroporto de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, construído em parceria celebrada entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Bahia.

Os Projetos de Lei nº 2.627, de 2015, da Deputada Alice Portugal, e nº 8.215, de 2017, do Deputado Paulo Azi, propõem denominá-lo “Aeroporto José Fernandes Pedral Sampaio”, em homenagem ao grande cidadão baiano com inegáveis qualidades políticas, falecido em 2014; o Projeto de Lei nº 2.698, de 2015, do Deputado Valmir Assunção, propõe dar ao mesmo aeroporto o nome de “Aeroporto Jadiel Vieira Matos”, em homenagem a esse político da mesma cidade, falecido em 1998; e o Projeto de Lei nº 6.595, de 2016, do Deputado Jorge Solla, pretende dar o nome de "Aeroporto Glauber Rocha", homenageando o conhecido cineasta baiano e conquistense, falecido em 1981.

No que concerne a esta Comissão, cumpre verificar que a nova denominação seja aditada à denominação oficial, preservando a referência à localidade. Quanto à relevância da homenagem cívica, cabe à Comissão de Cultura analisar a questão.

Com relação ao aspecto a analisar, apenas a proposição principal atende ao dispositivo da Lei nº 1.909, de 21 de junho de 1953, que obriga manter-se o nome da cidade de localização na denominação de aeroporto. O art. 1º dessa lei exige que os terminais aeroportuários tenham “*a denominação das próprias cidades, vilas e povoados em que se encontrem*”. Os apensados incluem o nome dos homenageados, mas omitem a referência à cidade de Vitória da Conquista na denominação do aeroporto. Por esse quesito, apenas o projeto de lei principal estaria em conformidade com a legislação vigente.

É preciso, observar, entretanto, que no dia 08 de outubro de 2015 a União celebrou com o Estado da Bahia o Convênio de Delegação nº 97/2015, para a exploração do novo Aeroporto de Vitória da Conquista. A partir da celebração do referido convênio, o governo estadual ficou responsável pela execução das obras do novo terminal aeroportuário e pela sua gestão. No dia 05 de dezembro de 2018 o Governo da Bahia outorgou a exploração do aeroporto para a iniciativa privada, por meio de concorrência pública.

De fato, o projeto de lei principal, da Deputada Alice Portugal, foi apresentado em 19 de agosto de 2015, quando o sítio aeroportuário ainda não tinha sido repassado para a administração do Estado da Bahia. Porém, diante desse novo quadro jurídico, entendemos que a União não deveria utilizar o seu direito de denominar o complexo aeroportuário de Vitória da Conquista, uma vez que a sua gestão, assim como ocorre com dezenas de aeroportos brasileiros, foi transferida a outro ente da Federação. Nesse caso, ao se desobrigar da exploração do aeroporto, a União deveria também abrir mão da prerrogativa de lhe dar o respectivo nome supletivo.

Ressaltamos ainda que, em 21 de dezembro de 2017, foi publicada, pelo Estado da Bahia, a Lei Estadual nº 13.812/17, que dá o nome de Aeroporto de Vitória da Conquista – Glauber de Andrade Rocha ao novo aeroporto. Essa denominação foi aceita pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) por meio da Portaria nº 2.470/SIA, de 10 de agosto de 2018, que alterou a inscrição do novo aeroporto no cadastro de aeródromos brasileiros, incluindo o nome de “Glauber de Andrade Rocha” em sua denominação.

Assim, não obstante a relevante biografia dos pretensos homenageados, em razão de a gestão do aeroporto de Vitória da Conquista ter sido delegada ao Governo do Estado a Bahia e no intuito de evitar transtornos de ordem prática e institucional, optamos por considerar a homenagem aprovada pela Assembleia Legislativa da Bahia e renunciar ao direito conferido à União de dar nome ao referido aeroporto.

Diante do exposto, ao que cabe a esta Comissão Analisar, somos pela **REJEIÇÃO** dos Projetos de Lei nº 2.627, de 2015, nº 2.698, de 2015, nº 6.595, de 2016 e nº 8.215, de 2017.

Sala da Comissão, em 29 de maio de 2019.

Deputado TITO
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Viação e Transportes, em reunião extraordinária realizada hoje, rejeitou o Projeto de Lei nº 2.627/2015, o PL 2698/2015, o PL 6595/2016, e o PL 8215/2017, apensados, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Tito.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Eli Corrêa Filho - Presidente, Jaqueline Cassol - Vice-Presidente, Abou Anni, Alcides Rodrigues, Alexandre Leite, Camilo Capiberibe, Carlos Gomes, Christiane de Souza Yared, Fabio Schiochet, Gelson Azevedo, Gonzaga Patriota, Gutemberg Reis, Hugo Leal, João Marcelo Souza, Leda Sadala, Lucas Gonzalez, Marcio Alvino, Paulo Guedes, Professor Joziel, Ronaldo Carletto, Rosana Valle, Sanderson, Santini, Valdevan Noventa, Vanderlei Macris, Vicentinho Júnior, Wladimir Garotinho, Afonso Hamm, Aliel Machado, Altineu Côrtes, Amaro Neto, Coronel Armando, Coronel Chrisóstomo, Da Vitoria, David Soares, Domingos Sávio, Evair Vieira de Melo, Hélio Costa, Hercílio Coelho Diniz, Juarez Costa, Juscelino Filho, Miguel Lombardi, Nicoletti, Pastor Eurico, Rodrigo Coelho, Sergio Vidigal e Tito.

Sala da Comissão, em 12 de junho de 2019.

Deputado ELI CORRÊA FILHO
Presidente